



ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

1ª NOTIFICAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 026/2026 - COMPRASGOV N.º 90026/2026

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a **Registro de preços** para contratação de empresa para administração, gestão, disponibilização e operação de solução de benefício eletrônico (cartão magnético/eletônico/digital) voltada ao fornecimento de fardamento escolar aos alunos da Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, do estado do Acre.

A **Divisão de Pregão – DIPREG** comunica aos interessados que o processo licitatório acima mencionado, com o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Estado, nº 14.206, Jornal OPINIÃO, ambos do dia 13/02/2026 e ainda nos sítios: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://licitacoes.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes>, com o fim de cumprir princípios intrínsecos como transparência e legalidade, **NOTIFICA** e **RETIFICA**, conforme abaixo:

1. **DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RESPOSTAS:**

**Empresa a:**

1.0.0.1. A empresa solicita esclarecimento acerca do prazo para entrega/disponibilização inicial dos cartões, nos seguintes termos:

Considerando que o Edital não estabelece prazo para entrega dos cartões, podemos adotar como referência o prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, para a entrega/disponibilização dos cartões?

**Resposta do órgão:** Para fins de clareza, padronização e segurança jurídica, foi inserido no Termo de Referência o prazo para a implantação inicial do serviço, estabelecendo-se que a entrega e a disponibilização inicial dos cartões deverão ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da ordem de serviço e do recebimento, pela contratada, de todas as informações necessárias à execução, a serem fornecidas pela contratante, tais como os dados dos beneficiários e demais elementos indispensáveis, conforme ajuste do item 13.6, VII, do Termo de Referência.

**Empresa b:** A empresa questiona os seguintes pontos:

- a) atual fornecedor;
- b) possibilidade de faturamento via boleto com código de barras;
- c) fluxo financeiro operacional considerando pagamento em até 30 dias após nota fiscal e atesto;
- d) aparente divergência entre o valor global dos créditos e o valor constante na plataforma de disputa;
- e) aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006;
- f) contagem do prazo de implantação;
- g) possibilidade de apresentação de proposta com taxa de administração igual a 0,00%.

**Resposta do órgão:**

1.0.0.2. Não há fornecedor atual prestando o serviço objeto do certame. Esclarece-se que a Administração adotará este formato de contratação a partir do presente procedimento, inexistindo, portanto, histórico contratual firmado com esta Secretaria de Estado de Educação e Cultura para referência.

**b) CÓDIGO DE BARRAS (BOLETO)**

1.0.1. **Esclarecimento:**

1.0.1.1. A empresa questiona se os faturamentos poderão ser emitidos via boleto com código de barras, para facilitar a identificação e a conciliação dos pagamentos.

1.0.2. **Resposta:**

1.0.2.1. Não haverá pagamento por boleto, por incompatibilidade com as normas de execução orçamentária e financeira da Administração Pública. O pagamento observará o fluxo previsto no Edital e no Termo de Referência, mediante nota fiscal, atesto do recebimento/execução e ordem bancária, dentro do prazo e das condições estabelecidas no instrumento convocatório e demais normas aplicáveis.

**c) PAGAMENTO (D+30) / FLUXO FINANCEIRO**

1.0.3. **Esclarecimento:**

1.0.3.1. A empresa questiona qual será o fluxo financeiro operacional para viabilizar a utilização dos créditos pelos beneficiários e a liquidação junto à rede credenciada, considerando o pagamento em até 30 dias após nota fiscal e atesto e a vedação de antecipação de pagamento.

1.0.4. **Resposta:**

1.0.4.1. O modelo operacional adotado neste certame está estruturado de forma a atribuir à contratada a responsabilidade integral pela gestão do benefício eletrônico, incluindo a administração da rede credenciada, a operacionalização das transações e a conciliação financeira, nos termos do Termo de Referência.

1.0.4.2. Nesse contexto, a execução do serviço compreende a intermediação entre os beneficiários e os estabelecimentos credenciados, cabendo à contratada realizar os repasses financeiros decorrentes das transações realizadas, conforme dinâmica própria de sua operação e relacionamento com a rede credenciada, sem qualquer vínculo direto entre a Administração e os estabelecimentos.

1.0.4.3. A Administração Pública, por sua vez, efetuará o pagamento à contratada pelos serviços efetivamente executados, mediante apresentação de nota fiscal, atesto da execução e demais condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência, observado o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme legislação aplicável.

1.0.4.4. Ressalta-se que:

- a) não há previsão de antecipação de pagamento por parte da Administração, em observância ao regime jurídico-administrativo;
- b) a estruturação do modelo contratual considera que todos os custos necessários à execução do serviço, inclusive aqueles relacionados à gestão financeira e operacional da solução, encontram-se contemplados na remuneração da contratada por meio da taxa de administração representada através do percentual de desconto aplicado;
- c) a relação operacional e financeira com os estabelecimentos credenciados é de responsabilidade exclusiva da contratada, não havendo solidariedade ou subsidiariedade da Administração;
- d) a modelagem adotada está alinhada às práticas de mercado para soluções de benefícios eletrônicos, nas quais a empresa gerenciadora atua como intermediadora da operação, assumindo os riscos inerentes à atividade econômica.

1.0.4.5. Dessa forma, não se caracteriza exigência de antecipação de recursos pela Administração, mas sim definição do modelo operacional do serviço, cuja viabilidade deverá ser considerada pelas licitantes na formação de suas propostas, nos termos do Edital e da legislação vigente.

#### **d) DIVERGÊNCIA / BASE DO VALOR ESTIMADO**

##### **1.0.5. Esclarecimento:**

1.0.5.1. A empresa questiona a diferença entre os valores apresentados no instrumento convocatório, especificamente entre o montante estimado de créditos a serem disponibilizados e o valor constante na plataforma de disputa.

##### **1.0.6. Resposta:**

1.0.6.1. Não se trata de divergência, mas de valores com finalidades distintas. O montante correspondente aos créditos a serem disponibilizados refere-se à estimativa de créditos a serem repassados aos beneficiários por meio da empresa gerenciadora. Já o valor constante na plataforma corresponde ao valor estimado da taxa de administração/serviço de gerenciamento, ou seja, à remuneração da contratada, utilizado como referência na disputa, conforme previsto no Edital e no Termo de Referência.

1.0.6.2. A execução e o pagamento observarão o modelo do instrumento convocatório, distinguindo-se o valor dos créditos do benefício, destinados à utilização na rede credenciada, da remuneração do serviço, correspondente à taxa de administração, conforme disciplinado no Termo de Referência.

#### **e) DIREITO DE PREFERÊNCIA / BENEFÍCIOS DA LC Nº 123/2006**

##### **1.0.7. Esclarecimento:**

1.0.7.1. A empresa questiona a aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e qual valor será considerado como referência para fins do certame.

##### **1.0.8. Resposta:**

1.0.8.1. Os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 serão aplicados quando cabíveis, conforme previsão do Edital e legislação aplicável.

1.0.8.2. Quanto ao valor de referência para fins do certame, deverá ser observado o modelo definido no Edital e no Termo de Referência, considerando-se, para esse fim, o valor da remuneração do serviço efetivamente contratado, correspondente à taxa de administração estimada, e não o montante global estimado dos créditos do benefício, os quais se destinam aos beneficiários e apenas transitam pela operadora para posterior repasse à rede credenciada.

#### **f) PRAZO DE IMPLANTAÇÃO**

##### **1.0.9. Esclarecimento:**

1.0.9.1. A empresa questiona se a contagem do prazo de implantação se inicia após o recebimento integral das informações e bases necessárias da contratante.

##### **1.0.10. Resposta:**

1.0.10.1. Sim. Considerando que a execução depende do fornecimento de informações pela contratante, o marco inicial para contagem do prazo de implantação será a emissão da ordem de serviço e o efetivo recebimento, pela contratada, de todas as informações necessárias para operacionalização do serviço, nos termos do Edital.

#### **g) TAXA ZERO**

##### **1.0.11. Esclarecimento:**

1.0.11.1. A empresa questiona se será aceita proposta com taxa de administração igual a 0,00%, considerando que o edital veda taxa negativa, mas não traria vedação expressa à taxa zero.

##### **1.0.12. Resposta:**

1.0.12.1. Esclarece-se que a disputa do certame ocorrerá por meio da oferta do **Maior Percentual de Desconto**, conforme regra prevista no Edital e no Termo de Referência, razão pela qual os lances não se darão pelo critério de **Menor Taxa de Administração**, mas pelo Maior Desconto incidente sobre a taxa de referência.

1.0.12.2. Reitera-se que não serão aceitas propostas que resultem em taxa de administração negativa, sendo vedada remuneração negativa. Ademais, não será permitida a cobrança de quaisquer taxas, comissões, descontos ou encargos dos estabelecimentos credenciados, devendo a contratada se restringir às formas de remuneração expressamente admitidas no Edital e no Termo de Referência.

1.0.12.3. Quanto à taxa de administração igual a **0,00%**, esclarece-se que sua eventual apresentação não implica aceitação automática. Considerando que a proposta mais vantajosa, no presente certame, deve ser analisada em conjunto com a exequibilidade do contrato, a preservação do valor real do benefício ao usuário final e a manutenção de rede credenciada ampla, funcional e compatível com a realidade territorial do Estado, portanto, eventual proposta zerada ficará sujeita à demonstração concreta e suficiente de sua viabilidade econômica e operacional, sem repasse de custos à rede credenciada ou aos beneficiários, sem comprometimento da capilaridade da rede e sem prejuízo à execução da política pública.

1.0.12.4. Nessa hipótese, a Administração poderá promover diligências para esclarecer a composição e a exequibilidade da proposta, podendo ocorrer a desclassificação ou o afastamento da licitante caso não reste demonstrada, de forma satisfatória, a viabilidade de execução nos exatos termos exigidos pelo Edital e pelo Termo de Referência.

##### **1.0.13. Conclusão**

1.0.13.1. Pelo exposto, **CONHECE-SE** do pedido de esclarecimento, para, no mérito, **RESPONDÊ-LO** nos termos acima, registrando-se que a única adequação promovida no Termo de Referência refere-se ao prazo de implantação inicial e disponibilização dos cartões, permanecendo os demais pontos como esclarecimentos com base nas disposições já constantes do Edital e do Termo de Referência.

#### **Empresa b:**

##### **1.0.14. Síntese da impugnação:**

1.0.14.1. A empresa impugnante sustenta, em síntese:

- a) suposta ilegalidade da concessão de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e empresas de pequeno porte no certame;
- b) suposta ilegalidade da vedação à apresentação de proposta com taxa de administração negativa;
- c) suposta indevida interferência da Administração na relação entre a futura contratada e sua rede credenciada, em razão da proibição de cobrança de taxas, comissões ou descontos dos estabelecimentos comerciais credenciados.

##### **1.0.15. Fundamentação técnica e jurídica**

##### **1.0.15.1. Para análise da presente impugnação, foram considerados:**

- o Edital e seus anexos;
- o Termo de Referência;
- a impugnação apresentada pela empresa;
- as manifestações técnicas constantes dos autos.

##### **1.0.15.2. Passa-se à análise dos pontos impugnados:**

##### **a) Quanto à alegação relativa aos benefícios da LC nº 123/2006**

A impugnante questiona a aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, ao argumento de que o valor total da contratação superaria o limite de enquadramento de empresa de pequeno porte.

Todavia, conforme consignado no Parecer PGE.ATTUS nº 216/2026, a controvérsia reside justamente em definir qual deve ser considerado o valor estimado da contratação para esse fim, concluindo a Procuradoria que o parâmetro juridicamente adequado é o valor da remuneração do serviço efetivamente contratado, ou seja, a Taxa de Administração, e não o montante global dos créditos apenas geridos e repassados pela operadora. Segundo o parecer, o objeto contratual é a prestação do serviço de gestão, cuja contraprestação é a taxa de administração estimada em **R\$ 1.157.271,59**, ao passo que o restante do valor corresponde ao crédito dos beneficiários (**R\$ 24.887.561,00**), que apenas transita pela operadora para posterior repasse à rede credenciada.

Assim, sendo o valor estimado do serviço efetivamente contratado inferior ao limite legal de faturamento de empresa de pequeno porte, mostra-se correta a previsão editalícia de concessão dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, inclusive quanto ao empate ficto e à regularização fiscal tardia. A própria conclusão da Procuradoria foi expressa no sentido de que a aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 é adequada, uma vez que o valor do serviço efetivamente contratado está dentro dos limites legais para enquadramento de microempresas e empresas de pequeno porte.

##### **b) Quanto à alegação relativa à vedação de taxa negativa**

A impugnante sustenta que a vedação à apresentação de taxa de administração negativa violaria os princípios da competitividade e da economicidade.

Contudo, o Parecer PGE.ATTUS nº 216/2026 enfrentou expressamente essa questão e concluiu que, no contexto específico do **Pregão Eletrônico nº 026/2026**, a vedação à taxa de administração negativa constitui medida razoável e necessária, especialmente em razão da modelagem da política pública e das peculiaridades geográficas, sociais e econômicas do Estado do Acre. O parecer destaca que a contratação por benefício eletrônico depende de rede credenciada ampla e funcional e que a política pública perde efetividade quando o crédito não pode ser utilizado no próprio município do beneficiário. Ressaltou-se, ainda, que a vedação à taxa negativa protege a execução do objeto, pois evita a transferência indireta do custo contratual aos

estabelecimentos credenciados e reduz o risco de esvaziamento da rede comercial.

Conforme a fundamentação da PGE, uma taxa aparentemente vantajosa sob o prisma meramente aritmético pode gerar distorção econômica na cadeia de fornecimento, uma vez que o prejuízo assumido pela gerenciadora tende a ser compensado pela cobrança de taxas ou comissões mais elevadas da rede credenciada. Em contexto como o acreano, isso comprometeria diretamente a capilaridade da rede, sobretudo nos municípios menores e mais isolados, podendo gerar descontinuidade na rede comercial apta a atender os beneficiários. Além disso, o parecer assinala que tal prática gera sobrepreço indireto, pois o custo tende a ser embutido no preço final dos produtos, reduzindo o poder de compra do benefício e frustrando o interesse público subjacente à contratação.

A Procuradoria concluiu, portanto, que a vedação à taxa de administração negativa é medida razoável, indispensável para garantir a exequibilidade da política pública, prevenir o sobrepreço indireto e proteger a capilaridade da rede de estabelecimentos comerciais no contexto do Estado do Acre.

#### **c) Quanto à alegação relativa à proibição de cobrança de taxas, comissões ou descontos da rede credenciada**

A impugnante também sustenta que a vedação à cobrança de quaisquer taxas, comissões ou descontos dos estabelecimentos credenciados representaria interferência indevida em relação jurídica de natureza privada.

Também nesse ponto a tese não merece acolhimento. O Parecer PGE.ATTUS nº 216/2026 assentou que a relação entre a empresa gerenciadora e a rede credenciada, embora formalizada sob instrumentos de direito privado, não é desvinculada do contrato administrativo que a origina, porquanto a rede credenciada constitui parte essencial e indissociável da solução contratada. Sem ela, o objeto contratual se torna inexecutível. Nessas condições, a Administração não apenas pode, como deve, estabelecer em edital as condições mínimas para o funcionamento dessa rede, de modo a assegurar a plena satisfação do interesse público.

Segundo a **Procuradoria Geral do Estado - PGE**, a vedação de cobrança de taxas da rede credenciada atende a duas finalidades públicas centrais: preservar o valor real do benefício e garantir a capilaridade da rede. Ao impedir que a gerenciadora transfira sua remuneração à ponta da cadeia, evita-se o sobrepreço indireto e fomenta-se a adesão do comércio local, especialmente nos municípios de menor densidade econômica. O parecer ainda registra que a remuneração da contratada pode ser concentrada exclusivamente na taxa de administração paga pelo Estado, sem necessidade de repasse de custos aos lojistas, desde que o edital preveja essa fonte remuneratória de forma expressa, como ocorre no presente caso.

Ao final, a PGE concluiu que a proibição de cobrança de taxas ou comissões da rede credenciada constitui condição contratual necessária para assegurar a integridade do benefício, o fomento ao comércio local e a efetividade da política pública, em conformidade com o poder-dever da Administração de estipular as regras que melhor atendam ao interesse público.

#### **1.0.16. Decisão**

1.0.16.1. Diante do exposto, **CONHECE-SE** da impugnação apresentada pela **empresa**, para, no mérito, **JULGÁ-LA IMPROCEDENTE**, mantendo-se integralmente as disposições do edital e de seus anexos, nos termos da fundamentação acima.

#### **1.0.17. Providências decorrentes**

1.0.17.1. Considerando a improcedência da impugnação, mantêm-se as disposições editalícias impugnadas, sem prejuízo do prosseguimento regular do certame, observadas as providências administrativas já adotadas no processo.

#### **Empresa c:**

##### **1.0.18. Síntese do pedido:**

1.0.18.1. A empresa solicita esclarecimentos acerca dos seguintes pontos:

- a) se, diante da previsão de 10 (dez) dias corridos para credenciamento dos estabelecimentos, poderá haver prorrogação do prazo, considerando as dificuldades logísticas e demográficas do Estado do Acre, especialmente em períodos chuvosos;
- b) se os estabelecimentos credenciados devem se restringir a atividades específicas, tendo em vista que, em alguns municípios de difícil acesso, pode haver apenas mercearias ou comércios similares comercializando material escolar.

##### **1.0.19. Verificação de resposta já prestada**

1.0.19.1. Em análise aos autos, verifica-se que o presente pedido guarda pertinência com a modelagem adotada para o certame, especialmente quanto à necessidade de formação de rede credenciada ampla e funcional, apta a assegurar a execução da política pública em todos os municípios atendidos, razão pela qual se apresenta resposta específica aos pontos suscitados.

##### **1.0.20. Análise técnica**

1.0.20.1. A modelagem do certame foi estruturada para assegurar a efetiva disponibilização do benefício eletrônico aos alunos da rede estadual, o que pressupõe a existência de rede credenciada com capilaridade suficiente para atendimento nos diversos municípios do Estado, inclusive nos de maior dificuldade logística e menor densidade econômica.

1.0.20.2. Nesse contexto, a formação da rede credenciada constitui elemento essencial para a efetividade da política pública e para a adequada execução do objeto contratual.

#### **a) PRAZO PARA CREDENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

##### **1.0.21. Esclarecimento:**

1.0.21.1. A empresa questiona se, diante do prazo de 10 (dez) dias corridos para credenciamento dos estabelecimentos, poderá haver prorrogação, considerando as dificuldades logísticas do Estado do Acre.

#### **Resposta do órgão:**

1.0.21.2. O prazo para credenciamento dos estabelecimentos deverá observar aquele previsto no Edital e no Termo de Referência.

1.0.21.3. Quanto à possibilidade de prorrogação, esclarece-se que esse ajuste foi promovido por meio do Termo de Referência ajustado (SEI nº 0019948382), em seu item 12.5.1, inciso III, para constar expressamente que o credenciamento da rede deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, contados da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e sujeito à aprovação da contratante.

1.0.21.4. Ressalta-se que a formação tempestiva e adequada da rede credenciada constitui elemento essencial para a efetividade da política pública, razão pela qual a contratada deverá adotar todas as providências necessárias para viabilizar o atendimento nos prazos estabelecidos no instrumento convocatório.

1.0.21.5. Ademais, o modelo contratual também prevê que o procedimento de credenciamento dos estabelecimentos comerciais ocorra com ampla divulgação, sob responsabilidade da contratada, devendo ser disponibilizado à SEE/AC o material necessário para publicação de todas as etapas no site oficial da Secretaria, o que reforça a transparência, o acompanhamento institucional e a adequada operacionalização da formação da rede credenciada.

#### **b) ABRANGÊNCIA DAS ATIVIDADES DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS**

##### **1.0.22. Esclarecimento:**

1.0.22.1. A empresa questiona se os estabelecimentos credenciados se resumem a atividades específicas, considerando que, em alguns municípios de difícil acesso, pode haver apenas mercearias ou comércios similares comercializando material escolar.

##### **1.0.23. Resposta:**

1.0.23.1. A rede credenciada deverá ser composta por estabelecimentos aptos ao atendimento do objeto da contratação, qual seja, o fornecimento de fardamento escolar aos alunos da Rede Estadual de Ensino, nos termos do Edital e do Termo de Referência.

1.0.23.2. Nesse contexto, o credenciamento deverá contemplar malharias, confecções e demais empresas do ramo têxtil aptas ao fornecimento dos kits de fardamento escolar, em conformidade com os padrões e especificações definidos pela Administração.

1.0.23.3. Compete à futura contratada promover o credenciamento e a gestão operacional da rede, observando a necessidade de capilaridade mínima nos municípios atendidos, sempre que houver estabelecimentos interessados e aptos ao credenciamento, de modo a assegurar a efetiva utilização do benefício pelos beneficiários.

1.0.23.4. Assim, a rede credenciada deve guardar compatibilidade com a finalidade do benefício e com o objeto da contratação, assegurando a adequada execução da política pública de fornecimento de fardamento escolar.

##### **1.0.24. Conclusão**

1.0.24.1. Pelo exposto, **CONHECE-SE** do pedido de esclarecimento apresentado pela empresa e, no mérito, **PRESTAM-SE OS ESCLARECIMENTOS** acima, nos termos do Edital, do Termo de Referência e da modelagem adotada para o certame.

#### **Empresa d:**

- 1.0.25. **Síntese da impugnação:**
- 1.0.26. A empresa apresenta impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 026/2026, sustentando, em síntese:
- a) a inexecutabilidade do prazo de 10 (dez) dias corridos para credenciamento da rede em todo o Estado do Acre, sob o argumento de que tal exigência desconsideraria a realidade geográfica e logística local, restringindo a competitividade e impondo obrigação de difícil cumprimento;
  - b) a ilegalidade da vedação à cobrança de taxas dos estabelecimentos credenciados, ao fundamento de que essa restrição comprometeria a viabilidade econômica do modelo contratado, interferiria indevidamente nas relações privadas entre operadora e rede credenciada e colocaria em risco o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.
- 1.0.27. **Fundamentação técnica e jurídica**
- 1.0.27.1. Para análise da presente impugnação, foram considerados:
- o Edital e seus anexos;
  - o Termo de Referência;
  - a impugnação apresentada pela empresa;
  - as manifestações técnicas constantes dos autos.

Passa-se à análise dos pontos impugnados:

**a) Quanto à alegação de inexecutabilidade do prazo de credenciamento da rede**

- 1.0.27.2. A impugnante sustenta que o prazo de 10 (dez) dias corridos para credenciamento da rede em todo o Estado do Acre seria inexecutável, considerando as etapas operacionais do credenciamento e as dificuldades logísticas do território estadual, notadamente em municípios de difícil acesso, com deslocamento predominantemente fluvial ou aéreo. Afirma, ainda, que a manutenção desse prazo restringiria a competitividade e poderia comprometer a segurança jurídica e a implementação do programa, propondo sua ampliação para 30 (trinta) dias.
- 1.0.27.3. No ponto, a impugnação merece acolhimento parcial, exclusivamente para fins de adequação da disciplina constante do Termo de Referência, sem prejuízo da manutenção da modelagem adotada pela Administração quanto à necessidade de formação célere da rede credenciada.
- 1.0.27.4. Com efeito, embora a Administração tenha estruturado o certame com vistas à implementação tempestiva da política pública voltada ao fornecimento de fardamento escolar por meio de benefício eletrônico, reconheceu-se pertinente conferir maior segurança operacional à execução contratual, mediante previsão expressa de possibilidade de prorrogação do prazo inicialmente fixado, em atenção às particularidades logísticas inerentes ao território estadual.
- 1.0.27.5. Nessa linha, o ajuste já foi promovido no Termo de Referência ajustado, em seu item 12.5.1, inciso III, para constar expressamente que o credenciamento da rede deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, contados da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e sujeito à aprovação da contratante.
- 1.0.27.6. A adequação promovida preserva, de um lado, a exigência de formação tempestiva e adequada da rede credenciada, elemento essencial à efetividade da política pública; e, de outro, confere maior segurança à execução contratual, sem afastar a responsabilidade da futura contratada pela adoção de todas as providências necessárias ao atendimento do objeto nos municípios contemplados.
- 1.0.27.7. Ademais, o modelo contratual também prevê que o procedimento de credenciamento dos estabelecimentos comerciais ocorra com ampla divulgação, sob responsabilidade da contratada, devendo ser disponibilizado à SEE/AC o material necessário para publicação de todas as etapas no sítio oficial da Secretaria, o que reforça a transparência, o acompanhamento institucional e a adequada operacionalização da formação da rede credenciada.
- 1.0.27.8. Desse modo, a alegação de inexecutabilidade do prazo merece acolhimento parcial, exclusivamente para reconhecer a adequação já promovida no Termo de Referência, permanecendo hígida a modelagem contratual adotada pela Administração quanto à necessidade de implementação célere da solução.

**b) Quanto à alegação relativa à vedação de cobrança de taxas dos estabelecimentos credenciados**

- 1.0.27.9. A impugnante sustenta que a vedação à cobrança de taxas dos estabelecimentos credenciados comprometeria a viabilidade econômica do contrato, por eliminar fonte de remuneração usual no mercado de cartões-benefício, além de representar interferência indevida da Administração em relações privadas firmadas entre a operadora e os estabelecimentos credenciados.
- 1.0.27.10. Também nesse ponto a tese não merece acolhimento.
- 1.0.27.11. Com efeito, o Parecer PGE.ATTUS nº 216/2026 assentou que a relação entre a empresa gerenciadora e a rede credenciada, embora formalizada sob instrumentos de direito privado, não é desvinculada do contrato administrativo que a origina, porquanto a rede credenciada constitui parte essencial e indissociável da solução contratada. Sem ela, o objeto contratual se torna inexecutável. Nessas condições, a Administração não apenas pode, como deve, estabelecer em edital as condições mínimas para o funcionamento dessa rede, de modo a assegurar a plena satisfação do interesse público.
- 1.0.27.12. Segundo a Procuradoria Geral do Estado, a vedação de cobrança de taxas da rede credenciada atende a duas finalidades públicas centrais: preservar o valor real do benefício e garantir a capilaridade da rede. Ao impedir que a gerenciadora transfira sua remuneração à ponta da cadeia, evita-se o sobrepreço indireto e fomenta-se a adesão do comércio local, especialmente nos municípios de menor densidade econômica.
- 1.0.27.13. O parecer ainda registra que a remuneração da contratada pode ser concentrada exclusivamente na taxa de administração paga pelo Estado, sem necessidade de repasse de custos aos lojistas, desde que o edital preveja essa fonte remuneratória de forma expressa, como ocorre no presente caso.
- 1.0.27.14. Não procede, portanto, a alegação de que a cláusula impugnada comprometeria, por si só, a viabilidade econômica do modelo contratado ou o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste. Ao contrário, a vedação editalícia constitui condição contratual necessária para assegurar a integridade do benefício, o fomento ao comércio local e a efetividade da política pública, em conformidade com o poder-dever da Administração de estipular as regras que melhor atendam ao interesse público.

**1.0.28. Decisão**

- 1.0.29. Diante do exposto, **CONHECE-SE** da impugnação apresentada pela **empresa**, para, no mérito, **JULGÁ-LA PARCIALMENTE PROCEDENTE**, exclusivamente quanto à adequação já promovida no Termo de Referência no tocante ao prazo de credenciamento da rede, mantidas as demais disposições editalícias impugnadas, nos termos da fundamentação acima.
- 1.0.30. Providências decorrentes
- 1.0.30.1. Considerando o **acolhimento parcial** da impugnação, exclusivamente quanto à adequação já promovida no Termo de Referência, mantêm-se as demais disposições editalícias impugnadas, sem prejuízo do prosseguimento regular do certame, observadas as providências administrativas cabíveis.

**2. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- 2.0.1. É a manifestação.
- 2.0.2. Encaminhem-se os autos para:
1. ciência aos interessados;
  2. retificação da Minuta do Contrato e Edital;

**3. DA DATA DE ABERTURA:**

**3.1. No preâmbulo do edital, a data e hora da abertura da licitação, passará a conter a seguinte redação:**

Data e hora da abertura da licitação: **27/04/2026 às 9h15min (Horário de Brasília).**

**Retirada: 09/04/2026 até a data de abertura.**

**3.1.1. As demais informações constantes do Edital e seus Anexos continuam inalteradas.**

Antonia Jucilene Oliveira de Moraes  
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais- DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIA JUCILENE OLIVEIRA DE MORAIS, Chefe(a) de Divisão**, em 08/04/2026, às 09:06, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020087096** e o código CRC **77DE22E8**.